

**CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL  
E INFORMAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS – CTEM  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH  
ATA DA 46ª REUNIÃO**

**Data:** 11 de maio de 2011.

**Local:** Sala T13 (térreo) da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

**REPRESENTANTES:**

1. Ministério da Fazenda-MF: Jefferson Marinho - [jefferson.marinho@fazenda.gov.br](mailto:jefferson.marinho@fazenda.gov.br)
2. Ministério da Educação-MEC: Luiz Claudio Lima Costa – [luizcosta@mec.gov.br](mailto:luizcosta@mec.gov.br)
3. Ministério da Integração Nacional-MI: Paula Roberta Baratella – [paulabaratella.mi@gmail.com](mailto:paulabaratella.mi@gmail.com)
4. Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT: Sanderson Leitão – [sanderson.leitao@mct.gov.br](mailto:sanderson.leitao@mct.gov.br)
5. Ministério do Meio Ambiente-MMA/SRHU: Franklin de Paula Júnior - [franklin.junior@mma.gov.br](mailto:franklin.junior@mma.gov.br)
6. Ministério do Meio Ambiente-MMA/ANA: Daniela Chainho – [daniela.goncalves@ana.gov.br](mailto:daniela.goncalves@ana.gov.br)
7. Ministério das Minas e Energia-MME: Guilherme Silva de Godoi – [guilherme.godoi@mme.gov.br](mailto:guilherme.godoi@mme.gov.br)
8. Conselho Estadual de Recursos Hídricos–CERH SP/RJ: ausência
9. Irrigantes: Inocêncio Candido Borges Neto – [censo.borges@gmail.com](mailto:censo.borges@gmail.com)
10. Prestadoras Abasteci// de Água e Esgota// Sanitário: Lilian Pérsia de Oliveira Tavares – [lilianpersia@sanepar.com.br](mailto:lilianpersia@sanepar.com.br)
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Maria Mercedes de Souza – [mmercedess@ceee.com.br](mailto:mmercedess@ceee.com.br)
12. Comitês de Bacias Hidrográficas: Suraya Modaelli – [suraya.modaelli@daee.sp.gov.br](mailto:suraya.modaelli@daee.sp.gov.br)
13. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Maria Fernanda Spina Chiocchetti - [m.fersc@hotmail.com](mailto:m.fersc@hotmail.com)
14. Organizações Técnicas - OTEP: Synara Olendzki Broch – [synarab@uol.com.br](mailto:synarab@uol.com.br)
15. Organizações de Ensino e Pesquisa - OTEP: Airton Bodstein de Barros – [bodstein@vm.uff.br](mailto:bodstein@vm.uff.br)
16. Organizações Não-Governamentais – ONG (Fonasc): João Clímaco – [fonasc.cbh@yahoo.com.br](mailto:fonasc.cbh@yahoo.com.br)
17. Organizações Não-Governamentais – ONG (Coopermira): Nelson Reis Claudino Pedroso – [nelsonpedroso@agds.org.br](mailto:nelsonpedroso@agds.org.br)

**DEMAIS PRESENTES:**

1. Claude Goellner (CBH Alto Jacuí e P.Fundo/RS) – [goellner@upf.br](mailto:goellner@upf.br)
2. Lucia Maria Praciano Minervino (MME) – [lucia.minervino@mme.gov.br](mailto:lucia.minervino@mme.gov.br)
3. Maurício dos Santos (Plus Consultoria) – [mauriciosantos@plusconsultoria.net](mailto:mauriciosantos@plusconsultoria.net)
4. Nilo Diniz (DEA/MMA) – [nilo.diniz@mma.gov.br](mailto:nilo.diniz@mma.gov.br)
5. Verônica Freire F. L. e Silva (MME) – [veronica.silva@mme.gov.br](mailto:veronica.silva@mme.gov.br)

**RELATORIA:**

- Rachel Landgraf de Siqueira (SRHU/MMA) – [rachel.siqueira@mma.gov.br](mailto:rachel.siqueira@mma.gov.br)

**ENCAMINHAMENTOS DOS ASSUNTOS DISCUTIDOS:** No dia 11 de maio de 2011, às 9h45, a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos (CTEM) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) iniciou a

53 realização de sua 46ª reunião, em Brasília/DF, convocada há 12 dias, sob a presidência da Sra.  
54 Suraya Modaelli (CBHs), tendo como relatora a Sra. Rachel Landgraf (SRHU/MMA), da  
55 Secretaria Executiva do CNRH. [Item 1 – Abertura / Aprovação da ata da 45ª reunião da CTEM](#):  
56 A Sra. Suraya Modaelli (CBHs) agradeceu a presença nesta primeira reunião de 2011, quando  
57 todos se apresentaram aos convidados presentes. Ressaltou que apesar da transição do Governo  
58 Federal e nos estados, não houve alteração nas representações na CTEM, o que seria positivo  
59 para a continuidade dos trabalhos em curso. A ata foi aprovada com alteração na linha 239  
60 (foram acrescentados temas prioritários para a CTEM 2011). [Item 2 – Comunicados da](#)  
61 [presidência: 2.1 - CNRH 2011 – agenda em construção](#): A Sra. Cristina Mascarenhas, gerente  
62 de Apoio ao CNRH, informou sobre a reestruturação pela qual passa o MMA, as mudanças  
63 previstas para a agenda de recursos hídricos, o corte orçamentário em 54% e o limite  
64 estabelecido para emissão de passagens e diárias. Com o início do novo Governo Federal, o  
65 Ministério do Meio Ambiente repensa a pasta para que possa, de maneira mais objetiva e  
66 eficaz, responder às demandas apresentadas não apenas pelos demais setores brasileiros, mas  
67 também pela sociedade mundial, em especial, responder de forma competente aos acordos já  
68 assumidos pelo País. Apesar dos já seis meses de novo governo, a nova estrutura do Ministério  
69 ainda não foi publicada. O que já estava acordado é que passaria a existir a Secretaria de  
70 Mudanças Climáticas e Recursos Hídricos, uma nova estrutura mas que abrigaria o CNRH.  
71 Ambiente Urbano passaria para outra secretaria. A união de Mudanças Climáticas e Recursos  
72 Hídricos estava sendo vista como positiva e o futuro secretário, Sr. Eduardo Assad, já havia se  
73 reunido por diversas vezes com a equipe da atual SRHU. Há áreas de sombreamento que  
74 precisam ser ajustadas, mas o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão está envolvido  
75 para auxiliar o MMA a ser mais pró-ativo. Inclusive, o novo secretário executivo do MMA, Sr.  
76 Francisco Gaetani, veio do MPOG e possui uma linha executiva muito forte. Infelizmente, com  
77 a transição ainda não concluída e com o corte no orçamento, o Conselho ficou prejudicado. A  
78 previsão era de apenas uma plenária por semestre e as câmaras técnicas apenas se reuniriam  
79 com pauta justificada, o que deveria ser resolvido com a reunião extraordinária do CNRH, ao  
80 final de junho, quando as prioridades para o colegiado em 2011 e 2012 seriam definidas. Estava  
81 sendo preparada uma reunião extraordinária específica. Outro ponto apresentado pela Sra.  
82 Cristina Mascarenhas foi o número reduzido de funcionários na Secretaria Executiva do  
83 Conselho. Além dela, a gerência possuía apenas três técnicos de formação nível superior, sendo  
84 que um já estava, a pedido do próprio servidor, com sua transferência para ser publicada  
85 naqueles dias. Considerando o perfil do grupo de técnicos que a Secretaria Executiva possuía  
86 até meados de 2010, a estrutura estava deficiente e sem perspectiva de quando os novos  
87 concursados Analistas Ambientais seriam chamados. Negociações estavam sendo feitas nesse  
88 sentido. Por fim, entregou aos presentes a 7ª edição do livro “Conjunto de Normas Legais –  
89 Recursos Hídricos”, com todas as deliberações do CNRH. [2.2 - Encaminhamento da Resolução](#)  
90 [que institui a Conferência Nacional de Águas \(CONÁGUAS\), aprovada pelo CNRH em](#)  
91 [16/12/2010](#): A proposta de Resolução foi devolvida pela Consultoria Jurídica do MMA ao  
92 CNRH com parecer não favorável. Para a CONJUR, a instituição de uma conferência não deve  
93 ser feita pelo instrumento resolução, uma vez que não é competência do Conselho e que  
94 estabelece despesa para o Ministério sem indicar a fonte do recurso. O mais adequado seria a  
95 elaboração de uma moção recomendando ao MMA que solicite a instituição da CONÁGUAS  
96 pela Presidência da República, por decreto. Foi assim para outras conferências, como por  
97 exemplo a de Meio Ambiente. Dessa forma, a matéria retornou ao Conselho, onde foi analisada  
98 pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, que adaptou o texto da  
99 resolução para moção e proposta de decreto. **Encaminhamento**: como as propostas de moção e  
100 decreto ficariam apenas no âmbito da CTIL (por não ter sido alterada a essência de conteúdo  
101 produzida pela CTEM), caso algum representante da CTEM tivesse alguma contribuição para  
102 aperfeiçoamento das propostas de moção e decreto, essa deveria ser apresentada durante a  
103 próxima plenária do CNRH, prevista para final de junho, por meio dos conselheiros presentes,  
104 quando a nova deliberação seria votada. A relatora poderia receber as sugestões e sistematizá-

las para melhor compreensão prévia. [Item 3 - Perspectivas para o 2º Seminário Nacional de Formação em Educação Ambiental no SINGREH](#): Foram apresentados, pela presidente da CTEM: o histórico sobre a realização do 1º seminário (apoio das organizações; objetivos; metodologia; número e perfil dos participantes; temas trabalhados e dinâmica nos grupos); propostas de data e temário para o 2º seminário; local e infraestrutura necessária; parcerias para a realização; e reativação do GT “Capacitação e Educação” para estudar e propor a organização do 2º seminário. Como a proposta de local para o evento é Bento Gonçalves/RS, também estavam presentes os Srs. Claude Goellner, presidente dos comitês do Alto Jacuí e Passo Fundo/RS, e Maurício dos Santos, da Plus Consultoria/RS, que apresentaram o apoio oferecido pelo estado ao 2º seminário e a experiência já obtida com outros encontros. Também estava presente o Sr. Nilo Diniz, diretor do Departamento de Educação Ambiental do MMA, que reforçou a parceria sempre oferecida pelo DEA aos trabalhos da CTEM e que estava à disposição para a organização do 2º seminário. Temas propostos, até o momento, para o 2º seminário: rede de troca de experiências socioambientais do SINGREH; elaboração e implementação do Plano de Comunicação Social no SINGREH; e processos formativos e continuados com abordagem integrada de educação ambiental e comunicação social. O tema “água e clima” também foi citado por relacionar-se com a futura estrutura do MMA. Esses temas foram sugeridos não apenas pelas discussões na CTEM, mas durante as oficinas regionais de atualização do Plano Nacional de Recursos Hídricos em 2010. Data do 2º seminário: previsto para outubro ou novembro de 2011. O GT “Capacitação e Educação” faria reunião, em data que deveria ser a mais próxima possível, em Bento Gonçalves/RS, para iniciar a organização do seminário e proposta de metodologia a ser aprovada pela CTEM. O Sr. João Clímaco (ONGs) solicitou que sua representação passasse a fazer parte oficialmente desse GT. A Sra. Suraya Modaelli (CBHs) pediu a compreensão do representante, argumentou que o grupo já estava formado oficialmente, que a representação das ONGs não havia se manifestado anteriormente e que um grupo de trabalho deveria conter um número mínimo de pessoas para facilitar a agilização dos trabalhos. Considerando a limitação de recursos financeiros apresentada pela SRHU, o custeio da participação de membros da sociedade civil ficaria prejudicado. De qualquer forma, todo o trabalho do GT seria sempre analisado e aprovado por toda a Câmara. *(A degravação de parte das discussões deste item está no anexo desta ata, a pedido de alguns representantes)*. [Item 4 – Análise da proposta de resolução que estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a prevenção e aumento da resiliência frente a desastres de origem hídrica no país](#): **Encaminhamento**: com a nova estrutura de departamentos para o MMA, a futura “Secretaria de Mudanças Climáticas e Recursos Hídricos” deveria ter uma gerência específica sobre eventos críticos. Para que esta proposta de resolução e o grupo de trabalho previsto pela deliberação não executem estudos e trabalhos semelhantes e paralelos ao Ministério, foi decidido suspender temporariamente a análise dessa proposta para que houvesse a necessária articulação entre as discussões já existentes e o melhor encaminhamento da matéria. O apoio seria maior e mais adequado. Uma reunião urgente deveria ser agendada entre o Sr. Eduardo Assad, secretário de Mudanças Climáticas do MMA e futuro secretário da área de recursos hídricos, o Sr. Franklin de Paula Júnior (SRHU/MMA) e o Sr. Airton Bodstein (OTEPs), coordenador do GT “Prevenção de desastres em recursos hídricos”. Caso houvesse sinalização positiva ao trabalho da CTEM, a estratégia de ação do grupo poderia ser revista. [Item 5 - Assuntos Gerais e Encerramento](#): Não havendo outros assuntos a tratar, a Sra. Suraya Modaelli (CBHs), às 15h45, agradeceu a presença de todos, informou que a próxima reunião aconteceria, provavelmente, em julho e encerrou os trabalhos desta 46ª Reunião da CTEM.

152

153 Ata aprovada durante a 47ª Reunião da CTEM, em 2 de agosto de 2011.

154

155 SURAYA DAMAS DE OLIVEIRA MODAELLI	RACHEL LANDGRAF DE SIQUEIRA
156 Presidente	Relatora

**ANEXO:**

157  
158

159 **Degração de parte do Item 3 da pauta desta reunião: “Perspectivas para o 2º Seminário**  
160 **Nacional de Formação em Educação Ambiental no SINGREH”.**

161

162 *Houve apresentações em power point: sobre o 1º seminário e sobre a estrutura da cidade de*  
163 *Bento Gonçalves/RS.*

164

165 Em discussão: (tempo na gravação: 2.3.50)

166

167 Sr. João Clímaco (ONGs): primeiramente, eu gostaria de cumprimentar os companheiros do  
168 Rio Grande do Sul/RS, pela conduta bem organizada que apresentam, que já dá para vislumbrar  
169 o êxito do evento. Pelo profissionalismo que está se apresentando, a gente já sente que a  
170 proposta de fazer no RS merece toda a consideração, tendo em vista o empenho e a  
171 competência que vocês estão, pelo menos para mim, aparentando e demonstrando. Então,  
172 quanto a isso a gente acha que vai ser muito interessante fazer lá. Por outro lado, também temos  
173 algumas considerações de caráter também metodológico, que nos remete ao processo ao qual  
174 nos envolvemos no outro evento, e já na discussão da CTEM ficou assim para nós uma  
175 experiência que não foi das melhores, tendo em vista que tivemos que fazer votação aqui para  
176 discutir processos metodológicos do evento anterior, e isso é para mim extremamente cruel e  
177 desnecessário. Foi um ato político infeliz, porque queríamos dar contribuições metodológicas  
178 que ia até agradar e possibilitar trazer experiências já no processo de construção metodológica  
179 do evento da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.  
180 Então, isso nos fez uma história, mostrou uma história que, sob o ponto de vista político eu  
181 quero aqui, porque eu analiso muito sob o ponto de vista político, a gente precisa democratizar  
182 mais essas histórias que o evento, no final das contas, fez lá em Salvador. Contudo, a gente  
183 sempre já estamos cansados de vivenciar a experiência da catarse que todo momento do  
184 encontro permite. Quer dizer, tirando a importância da catarse no plano individual das pessoas,  
185 a gente pensa que no plano político organizativo a gente tem que ter resultado muito maior. Se  
186 você reunir com qualquer segmento social, onde envolve interação e interlocução entre  
187 segmentos diferentes, você vai ver sempre que tem um espaço muito grande de desafios que  
188 temos que superar no plano político, no plano organizativo dentro do estado em relação à  
189 sociedade. Mas isso não vamos resolver em um ou dois eventos. Isso é um processo. Então, a  
190 gente tem que, infelizmente, resgatar esse aspecto que agora nós estamos preocupados em ser  
191 protagonistas da construção metodológica desse segundo. Não vamos ser muito pacivos em  
192 relação à esse conduta de excluir, por votação em câmara, as propostas que nós conseguimos, a  
193 partir de experiências reais, da nossa experiência em vários comitês de bacia no país inteiro.  
194 Basta dizer que o Fonasc tem três tipos de experiências de atuação em educação ambiental em  
195 recursos hídricos que a gente aplica no país inteiro e nós não podemos construir soberanamente  
196 dentro do nosso papel aqui na câmara. Mas para não ficar só na reclamação, como sempre no  
197 resgate histórico, nós estamos agora propondo em vários comitês de bacia, inclusive nós  
198 fazemos parte do Conselho Estadual de Minas Gerais, estamos elaborando uma metodologia de  
199 indicadores de eficácia em educação ambiental e gestão de recursos hídricos. Nós já temos  
200 várias variáveis e um grupo discutindo isso em Minas. Por que? Porque nós estamos vendo que  
201 não podemos viver a educação ambiental como produto de evento, e que demora um ano para  
202 sair e que, na verdade, fica só aquele momento do encontro, que não deixa de ser importante da  
203 catarse, porque alivia algumas tensões e tesões reprimidas, né? Mas a parte principal seria que  
204 nós tivéssemos procedimentos políticos embasados, legitimados dentro das instâncias,  
205 considerando a importância das representações. Então, nós temos uma proposta que cabe muito  
206 bem dentro desse contexto, tentando superar o passado e tentando ver o amadurecimento  
207 político das pessoas, no sentido de considerar a que a sociedade civil no Conselho Nacional tem  
208 uma variável que poderia ser colocada aí que seria nós termos como produto um manual de  
209 procedimentos de avaliação de eficácia e eficiência dos processos de educação ambiental no

210 comitês. Quer dizer, o comitê teria um manual para avaliar se os seus processos de educação  
211 ambiental estão sendo eficazes e eficientes, porque nós temos uma pluralidade de iniciativas.  
212 Lá em Minas por exemplo, gasta-se um dinheiro imenso, se produz um loby imenso de gente  
213 ganhando dinheiro com isso, mas a participação e a qualidade da atuação política nos comitês  
214 elas ficam ainda na relação custo/benefício, pelo menos sob o nosso ponto de vista, muita coisa  
215 a desejar. Então, nós já temos algumas variáveis dentro desse GT lá do CERH de Minas sobre a  
216 eficácia e eficiência, e por que nós fizemos isso? Porque o FEHIDRO está liberando recursos e  
217 o FEHIDRO por conta nossa instituiu um critério muito rigoroso de liberação desse recurso  
218 para educação ambiental, dada a pluralidade e disputa por esse recurso e aí nós estamos  
219 encaminhando esse manual de indicadores de eficiência e eficácia de aplicação do recurso.  
220 Então, eu sugiro que essa preocupação seja considerada dentro desse evento para nós termos  
221 esse manual melhor e até porque nós não estamos trabalhando numa lógica de sistema e sim de  
222 política pública, dinheiro público e participação social de maneira competente e não essas  
223 lógicas políticas de protagonismos de grupos de pessoas sem considerar a participação nossa  
224 aqui no Conselho já dando essa nossa indicação. Se caso não for assim, nós faremos todos os  
225 esforços possíveis para tentar que seja dessa maneira, para que, político né, para que nós não  
226 tenhamos esse sentimento de ficar vendo as mesmas pessoas falando as mesmas coisas e no  
227 final não sai nada que a gente possa nos guiar para fazer o nosso trabalho. Não sei se ficou claro.

228

229 Sr. Claude Goellner (representante do RS/convidado): eu acho pertinente suas colocações e eu  
230 vejo o seguinte, é uma preocupação nossa do estado. Já durante o ENCOB nós tentamos, na  
231 proposta de candidatura, tentar modificar algumas coisas lá, em função dessa mesmice que  
232 acontece e que não leva a quase nada do ponto de vista concreto. Então, acho que esse  
233 seminário, eu vejo assim, na visão particular que ele deverá ter dois propósitos e que os dois  
234 vem de encontro com o que tu colocas. Primeiro, são dois momentos diferentes que nós  
235 vivenciamos e vivemos dentro do sistema, dentro dos comitês, e que diz respeito a uma  
236 necessidade de discutir, de reforçar essa discussão da educação, da mobilização e da  
237 capacitação como ferramenta, deveria ser um instrumento da própria política nacional.

238

239 Sr. João Clímaco (ONGs): me permita, até retomando uma fala do Franklin, para você ter uma  
240 ideia, você tem agora pleito junto ao Interágua de recurso para esse evento. Acontece que  
241 quando surgiu o Interágua ele já em si é um projeto autoritário, porque ele não passou pelo  
242 Conselho, é uma atitude unilateral do Estado em vários ministérios. Tem até verba para  
243 remoção de índio nas hidrelétricas do Norte. Então, a gente fica assim, existe uma série de  
244 variáveis no jogo político onde nós estamos tendo que discutir o Interágua, não aqui no  
245 Conselho, mas lá no Congresso. Então, tem muitas coisas que a gente está deixando de está  
246 aqui agora, eu estou acompanhando os deputados lá porque aqui não está dando espaço, quer  
247 dizer, como eu falei, concretamente o governo não está, não botou o Interágua para ser  
248 discutido aqui no Conselho Nacional. Porque esse projeto que envolve remoção de índio,  
249 remoção de gente das florestas da Amazônia, uma série de contradições, então eu estou te falando  
250 para você ver, verba para esse recurso se a gente não conseguir emplacar outras demandas  
251 dentro do Interágua, nós vamos estar envolvidos numa outra confusão sem querer. Quer dizer,  
252 botou a educação ambiental dentro de uma outra confusão que não tem nada a ver. Nós nunca  
253 seríamos partidários de tirar ou votar contra uma ação, uma proposta de educação ambiental  
254 interessante por conta de estar envolvido no Interágua, nós teremos que fazer um bolo no  
255 pacote de confusão que estamos envolvidos no Congresso.

256

257 Sr. Claude Goellner (representante do RS/convidado): sim, então retornando a minha posição,  
258 eu vejo que esse seminário pode ter duas abordagens, atendendo até a sua preocupação. Num  
259 primeiro momento é importante que ele conduza um processo que haja uma percepção, por  
260 parte dos diferentes atores, que a educação, esse processo de mobilização social, enfim, deva  
261 receber um reforço, deva ser valorizado porque é a fórmula que nós temos de consolidar o

262 sistema como ferramenta para os propósitos que se quer. Então, considerando o estado atual da  
263 arte, da educação e da mobilização dentro do sistema, dos comitês, da base, nós precisamos  
264 nesse seminário justamente fazer com que eles se percebam como importância, se apropriem  
265 desse processo, e comecem, no primeiro momento, a instituir câmaras técnicas e a discutir  
266 programas de educação ambiental, não como ação isolada, mas como ação de continuidade no  
267 longo prazo, porque educação é uma processo de paciência. Eu acho que, num primeiro  
268 momento quando se fala em educação ambiental, a gente tem que começar pensando em educar  
269 para participar para depois se fazer educação ambiental, porque o povo brasileiro não tem  
270 muito costume de participar e quando participa não sabe exatamente como participar. Às vezes  
271 de perdem. A efetividade do processo se perde por esse despreparo. Num segundo momento,  
272 voltando à tua preocupação, que é minha também, como planejador eu gosto de ter resultado, é  
273 a questão de avaliar o que já existe e nós precisamos nos apropriar e inventariar isso aí, pois  
274 não sabemos de fato o que existe de ações de educação, quer ser isoladas, sistemáticas ou mais  
275 isoladas, avaliar isso aí e discutir o processo de avaliação disso aí do ponto de vista de  
276 indicadores de eficiência. Eu colocaria indicadores de desempenho e resultados, que não  
277 existem. Até porque a maioria das ações ambientais vem com dinheiro público e nós temos que  
278 ter responsabilidade com dinheiro público. Tem muito dinheiro para programa ambiental,  
279 dinheiro para plantar árvore, abraçar o rio, limpar o rio, inclusive com abordagem errada, e que  
280 não há nenhuma avaliação do retorno social, de que o recurso redundou em algum produto.  
281 Então, nesse seminário nós podemos começar, e já houve em Salvador uma discussão nesse  
282 sentido. Quanto à participação, democratização, a minha proposta vem de encontro, na medida  
283 que eu coloco aqui como uma proposta de modificar um pouco a sistemática, é a questão de  
284 abrir esse seminário para a sociedade, lembrando que a sociedade está representada, por si só,  
285 nos comitês. É um fórum legítimo de representação. Se hoje não está bem representado, é culpa  
286 da própria sociedade na medida em que não tem o hábito de participar. Nós temos que fomentar  
287 isso aí. Nada impede que a gente abra mais, externalize, até para ouvir o outro lado. O que eles  
288 pensam disso? Como estão vendo isso? Se estão vendo. Então, eu acho que essa idéia que se  
289 está construindo aqui vem ao encontro das suas preocupações. Acho que são pertinentes e, no  
290 processo de organização, a gente vai intergir. Fico satisfeito que haja essa sintonia.

291  
292 Sra. Suraya Modaelli (CBHs): bom, eu agradeço a todos e o grupo de trabalho vai se reunir em  
293 breve, vou tentar acertar isso aqui com o restante dos integrantes do grupo, vamos manter  
294 contato com toda a CTEM, por e-mail, e vamos pedir, inclusive, sugestões a vocês. Vamos  
295 tentar já criar uma dinâmica, talvez pela rede das águas, que o Franklin vai apresentar para  
296 gente e tentar chegar na próxima reunião da CTEM já com um material que atenda a demanda  
297 de todos, as preocupações do Clímaco, enfim, um material que a gente possa discutir e já sair  
298 com um temário e todo material apropriado para a divulgação do seminário e começar a  
299 articulação com os colegiados. OK? Eu gostaria então de agradecer ao Claude e ao Maurício.  
300 Dizer que nós vamos agora conversar mais seriamente sobre a questão da estrutura, se for  
301 necessário eu vou até o estado. Se vocês acharem importante nessa primeira reunião para  
302 apresentar o seminário e estar falando sobre a infraestrutura.

303  
304 Sr. Claude Goellner (representante do RS/convidado): nós podemos fazer uma sugestão. Eu e  
305 Maurício estávamos pensando em oferecer para a reunião da CTEM de julho fazer lá no RS.

306  
307 Sra. Suraya Modaelli (CBHs): o problema é que, pelo cenário que temos hoje, eu não posso  
308 fazer convocação de reunião para outro estado, em função dos recursos do MMA. O que eu  
309 diria a você é que seria possível, talvez, levar o grupo lá para Bento Gonçalves desde que você  
310 consiga subsídio para o representante da sociedade civil. Eu, pelo comitê, teria como ir. Pelo  
311 grupo estão Synara, Suraya, Franklin e Andréa. O diretor do DEA/MMA, Nilo Diniz, está aqui  
312 e já podemos conversar com ele, mas eu diria que a maior dificuldade de participação seria da  
313 Synara e talvez do Franklin, por conta dos cortes do Ministério. Então, se tiver a possibilidade



314 de subsídios, poderíamos fazer a reunião do grupo, que precisa ser em breve, lá em Bento  
315 Gonçalves. Daí a reunião da CTEM precisaria ser, no máximo em julho, para encaminhar essa  
316 discussão.

317

318 Sr. João Clímaco (ONGs): eu tô propondo o nome do Nelson para a nossa representação nesse  
319 GT.

320

321 Sra. Suraya Modaelli (CBHs): o GT já está formado desde a última reunião. Não há problema  
322 nenhum se o Nelson quiser acompanhar, mas já foi formado, porque era o GT antigo, o de  
323 “capacitação”, mas se o Nelson tiver disponibilidade não tem problema nenhum, e eu acho até  
324 bom, Nelson, você estar com a gente porque aí você vai trazendo as demandas do Clímaco,  
325 essas questões, e você vai nos ajudando aí para ter essas questões conversadas.

326

327 Sr. Nelson Pedroso (ONGs): eu não sei de que forma, eu desconheci o trabalho do GT, a  
328 dinâmica, mas uma preocupação profunda no estado de SP é que os recursos, a ferramenta  
329 FEHIDRO, os fundos de investimentos são previstos nos nossos planos de bacia, nos nossos  
330 planos de ação de educação ambiental, por comitê de bacia, nós levantamos todos os gargalos  
331 para aplicação e aquela coisa de ouvir o outro lado, quer dizer, o sistema sempre conversa e  
332 esquece de ouvir o tomador, que é aquele que tá na ponta, que aplica os recursos que está em  
333 conversa, que está formando uma sociedade, que está capacitando, mobilizando e tal. Acho que  
334 talvez minha contribuição, talvez como maior tomador de recursos do FEHIDRO do estado de  
335 SP, com 18 projetos, eu possa trazer alguns gargalos que estão emperrando de fato o sistema no  
336 estado de SP, a ponto de a gente até repensar a aplicação do dinheiro da cobrança que é até 10  
337 vezes superior. Então eu acho que tem demandas importantes.

338

339 Sra. Suraya Modaelli (CBHs): então daí você vem para contribuir com o 2º seminário. OK.

340

341 Sr. João Clímaco (ONGs): eu queria propor a essa câmara que legitimasse a participação do  
342 nosso segmento nesse GT, não como observador, mas como integrante do processo de  
343 construção da metodologia proposta e superar inclusive modelos anteriores.

344

345 Sra. Suraya Modaelli (CBHs): não vejo problema nenhum, só que o que a gente tem que  
346 observar, até para não criar traumas, é que existe um procedimento e os assuntos são discutidos  
347 em câmara. Então, eu acho que essa questão do GT já foi discutida na última reunião da  
348 CTEM, foi aberto espaço para todos se manifestarem, o GT, na verdade, está sendo reativado,  
349 poderia sim já na última reunião o Nelson ter se manifestado, querendo participar da reunião.  
350 Não vejo problema e gostaria de ouvir o restante da câmara. O GT só vai fazer o trabalho para  
351 ajudar a CT a tomar decisão. O GT não toma decisão de nada e eu já disse isso. É um  
352 consultivo da câmara que também é consultiva. Então, o GT veio para esmiuçar. Já tivemos  
353 experiência com GT com participação muito grande de pessoas e aí aconteceu o que, o GT não  
354 conseguia se reunir, não tinha quórum, então por isso que a gente sempre tem optado por um  
355 GT mais enxuto.

356

357 Sra. Synara Broch (OTEPs): eu ia fazer minhas tuas palavras. Já houve um processo, foi  
358 inclusive colocado em pauta o tamanho e a funcionalidade e o GT está aberto. Ele,  
359 necessariamente, agrega todas as observações, as contribuições para que, no momento de  
360 apresentação, ele seja consolidado na câmara técnica. O GT não tem autonomia, não precisa  
361 brigar por isso. Quem quer contribuir contribui. Formal ou informalmente fazendo parte do GT.  
362 O GT é para dar uma agilidade operacional.

363

364 Sra. Suraya Modaelli (CBHs): de qualquer forma, nós vamos dar ciência a toda CTEM da  
365 próxima reunião do GT. Os GTs, normalmente, Nelson, você que não participou ainda,

366 normalmente o GT tem aproveitado, nós fazemos a convocação para a reunião da CTEM, a  
367 convocação do grupo de trabalho é no dia anterior à reunião da CTEM. Até pela dificuldade de  
368 locomoção dos participantes do GT. Esse GT, em especial, deve, conforme nós conversamos  
369 aqui com o Claude, se reunir talvez no Rio Grande do Sul. Daí a dificuldade do GT ficar muito  
370 grande, porque já ficou claro, a Synara representa as organizações técnicas e não tem como  
371 viabilizar a ida dela a lugar nenhum se não for subsidiado pelo conselho. Então, por isso eu  
372 estou dizendo aqui, e o próprio Franklin, com o corte da Secretaria. Então, nós vamos fazer o  
373 convite. Por exemplo, a Mercedes é do RS e talvez ela queira participar da reunião do GT. Não  
374 há problema nenhum, mas eu que preciso é assim, eu não posso derrepente virar para o Claude  
375 e falar que não são mais 4, são 6. Mas eu acho que você, pelo Alto Tietê, consegue ver a  
376 viabilidade da tua ida, se a gente fizer a reunião lá no RS. De qualquer forma, toda a CTEM vai  
377 receber a data da reunião do GT e onde vai ser, e na medida que possa contribuir será muito  
378 bem-vindo.

379

380 Sr. João Clímaco (ONGs): eu queria pedir, já que o Claude tem importância nesse processo,  
381 que para nós, a questão nossa, por enquanto, tendo em vista a nossa experiência passada no  
382 seminário passado é política mesmo. Queremos dar propostas e que essas propostas  
383 politicamente sejam consideradas. Tecnicamente eu confio plenamente no GT e eu acho que  
384 são pessoas competentes, só que é um paradoxo essa câmara não consolidar e legitimar a  
385 representação do nosso segmento no GT.

386

387 Sra. Suraya Modaelli (CBHs): então está registrado aqui. Registra em ata por favor, Rachel.  
388 Está registrado aqui sua manifestação.

389

390 Sr. João Clímaco (ONGs): eu queria que a câmara se manifestasse sobre isso. Me parece que a  
391 presidente da câmara não está animada com a participação nossa oficialmente no GT.

392

393 Sra. Suraya Modaelli (CBHs): Clímaco, eu fiz um compromisso que eu não vou discutir com  
394 você. Você tem essa mania de vir na reunião e querer levantar coisas que não existem. Nelson,  
395 em algum momento você se sentiu excluído da câmara? Eu gostaria que isso nem fosse  
396 registrado. Eu acho que você está equivocados. Você coloca seus representantes na câmara  
397 técnica e me dá impressão que você vem na reunião da câmara e você quer desqualificar o seu  
398 representante. Eu acho que a coisa não funciona dessa forma. Eu acho que tem que ter um  
399 respeito com seus representantes, eles tem participado das reuniões, tem participado das  
400 discussões. Nós não temos tomado decisões aqui de forma autoritária, me desculpe.

401

402 Sra. Synara Broch (OTEPs): avaliso e contribuo, pode botar em ata, o que a Suraya falou.  
403 Porque a sensação que dá é bem essa. Eu fico constrangida pelos representantes que parece que  
404 tudo o que é decidido antes, o Clímaco vem e desdiz o que o representante vem falar.

405

406 Sra. Suraya Modaelli (CBHs): inclusive, Clímaco, você fala tanto da questão da democracia e  
407 do respeito, mas o seu representante na CTEM, o Manoel Ailton, foi pego de surpresa porque  
408 não sabia que não era mais membro da CTEM. Ele não foi comunicado. Ele ligou para ver a  
409 viabilidade dele na CTEM e foi informado, infelizmente, pela nossa relatora que ele havia sido  
410 destituído da representação na CTEM. Então, eu acho que isso é uma coisa desagradável, eu  
411 acho que a gente tem que ter respeito por todos que estão aqui na câmara. É legítimo você  
412 questionar, se posicionar, mas no momento adequado. Não adianta você chegar depois, no final  
413 da reunião ou então chegar na reunião seguinte, depois que toda a discussão foi feita e querer  
414 apontar o que você não concorda. Me desculpe. Eu gostaria de encerrar aqui esse assunto. Se  
415 você quiser, depois a gente pode até conversar. Eu acho que não é o momento e eu peço  
416 desculpas para os demais membros da CTEM.

417



418 Terminou no tempo da gravação 2h29.